

---

## O ceticismo n'Os Maias (1888), de Eça de Queirós

*The skepticism in The Maias (1888), by Eça de Queirós*

Silvio Cesar dos Santos Alves  
Universidade Estadual de Londrina

Marcela Marques Carreiro  
Universidade Estadual de Londrina

### DOI

<https://doi.org/10.37508/rcl.2022.n47a487>

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo investigar a presença e a importância do ceticismo filosófico no romance *Os Maias* (1888) e, de forma mais abrangente, na mundividência queirosiana, utilizando uma abordagem comparatista para explorar a correlação entre literatura e filosofia. Buscamos, dessa forma, consolidar uma interpretação menos rígida e dogmática das obras de Eça, buscando reparar a desvalorização do ceticismo queirosiano, para o que Helder Garmes chama a atenção na comunicação “Leituras marxistas da obra de Eça de Queirós” (2003), bem como apresentar uma leitura alternativa à “tese do regresso”, combatida por Orlando Grossegeesse, no artigo “Não há regresso. Do sentido evolutivo do ‘primeiro Eça’” (2006/7). Assim, pretendemos demonstrar a hipótese de que o romance *Os Maias* antecipa características do período que Gustavo Bernardo Krause, n’*A ficção cética*, chamou de “centúria da incerteza” (2004). Devido à riqueza e complexidade dessa obra, resultante de um longo processo de gestação e escrita, é possível observar nela, a partir das

escolhas do autor implícito, a presença de uma inteligência organizadora estruturada de maneira análoga ao ceticismo filosófico enquanto modo de pensar, o que se manifesta de variadas formas e se dissemina em todas as camadas da narrativa, sempre colocando em evidência dualidades, impasses, dúvidas, incertezas e paradoxos inerentes à natureza humana e aos seus desdobramentos sociais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Os Maias; Eça de Queirós; Literatura Comparada; Ceticismo; Literatura Portuguesa.

#### **ABSTRACT**

This paper aims to investigate the presence and importance of philosophical skepticism in the novel *The Maias* (1888) and, more broadly, in the Queiroisian worldview, using a comparative approach to explore the correlation between literature and philosophy. Thusly, we intend to consolidate a less rigid and dogmatic interpretation of Eça's works, in an effort to remedy the devaluation of Queiroisian skepticism, to which Helder Garmes draws attention in the communication "Leituras marxistas da obra de Eça de Queirós" (2003), and also to present an alternative reading to the "return thesis", put forward by Orlando Grossegeese, in the article "Não há regresso. Do sentido evolutivo do 'primeiro Eça'" (2006/7). Therefore, we intend to demonstrate the hypothesis that the novel *The Maias* anticipates characteristics of the period that Gustavo Bernardo Krause, in *A ficção cética*, called "the century of uncertainty" (2004). Due to the richness and complexity of this novel, resultant of a long gestation and writing process, it is possible to observe, through the choices made by the implicit author, the presence of an organizing intelligence structured in a similar manner to that of the philosophical skepticism's way of thinking, which manifests itself in different ways and spreads throughout all layers of the narrative, always highlighting dualities, doubts, uncertainties and paradoxes inherent to human nature and its social developments.

**KEYWORDS:** *The Maias*; Eça de Queirós; Comparative Literature; Skepticism; Portuguese Literature.

Em seu texto *Leituras marxistas da obra de Eça de Queirós*, Helder Garmes (2003) chama a atenção para o ceticismo queirosiano, afirmando que “a obra de Eça vale justamente naquilo que [lhe dão] pouco valor, isto é, no seu ceticismo imanentista, que nos coloca frente à nossa controvertida condição existencial” (GARMES, 2003, p. 4). Estamos de acordo com essa visão, que possibilita uma interpretação diferenciada, menos rígida dos textos de Eça, e buscamos, portanto, explorar esse aspecto da obra queirosiana, deixado de lado pela fortuna crítica.

É importante notar que o uso feito por Garmes do termo ceticismo se aproxima mais do senso comum, em que frequentemente o termo é concebido como sinônimo de incredulidade – concepção negacionista da qual desejamos nos afastar. Por “cético” e “ceticismo” nos referimos presentemente à corrente filosófica fundada por Pirro de Élis (360-270 a.C.), na antiguidade, na esteira de certo pensamento pré-socrático, e que “consiste em colocar em questão a possibilidade, para o homem, de alcançar uma certeza qualquer” (VERDAN, 1998, p. 37), sem, no entanto, negar que a verdade, eventualmente, venha a ser descoberta. Dessa forma,

[...] enquanto os dogmáticos têm certeza de que só eles sabem alguma coisa e os niilistas têm certeza de que não se pode ter certeza de nada, os *céticos duvidam de que se possa ter certeza de alguma coisa*; enquanto os dogmáticos já acharam a resposta e os niilistas já pararam de procurar, *a dúvida dos céticos os leva a continuar procurando a verdade*. Por isso os céticos também são chamados ‘zetéticos’, que significa: ‘procuradores’ ou ‘examinadores’. Ao desconfiar de dogmas, verdades definitivas ou afirmações peremptórias, *os céticos se mantêm em constante estado de incerteza e investigação intelectual*. (KRAUSE, 2004, p. 28, grifos nossos).

Sexto Empírico (160-210 d.C.), em suas *Hipotiposes pirrônicas*, define o cético como aquele que tem a habilidade de opor os objetos da

percepção sensível e os objetos do pensamento de todos os modos possíveis, de forma que, por meio da equipolência dessa oposição (*isostenia*), se alcance a suspensão do juízo (*epoché*), e depois, a tranquilidade (*ataraxia*) (EMPÍRICO, 1997). Destacamos, assim, dois aspectos essenciais do ceticismo: a contraposição de ideias díspares e a suspensão do juízo, ou seja, a nulidade que resulta dessa oposição.

Apesar de o ceticismo não ter persistido através dos séculos como uma escola de pensamento hegemônica, tal como aconteceu, por exemplo, com o socratismo ou platonismo, “toda uma corrente filosófica [...] se inscreve, em vários aspectos, no prolongamento da reflexão iniciada pelos cétricos gregos” (VERDAN, 1998, p. 9), tornando-se um substrato essencial para o pensamento de figuras proeminentes da filosofia ocidental, tais como Descartes, Montaigne, Hume e Kant, entre outros.

Para alguém com a formação e a vivência de Eça de Queirós, seria muito improvável que ele não tivesse tido nenhum contato com o pensamento desses autores. A sua própria obra nos dá testemunho desse contato, sobretudo em se tratando de Montaigne e Kant, embora não caiba aqui essa demonstração. Porém, como tratamos de substrato de ordem cultural, é irrelevante pensar em relação de influência.

O substrato a que nos referimos faz-se ver, inclusive, no positivismo do século XIX, que, além de enfatizar a investigação intelectual constante, “afirma que o homem não pode apreender e conhecer se não os fenômenos e suas relações, de sorte que deve se abster de toda especulação sobre a natureza das coisas em si mesmas” – concepção compatível com os tropos cétricos, segundo os quais se deveria considerar apenas os fenômenos (a aparência, aquilo que é apreendido pelos sentidos, em oposição à essência das coisas). A comparação entre positivismo e ceticismo, no entanto, encerra-se com esse “fenomenismo”, já que “o positivismo comporta aspectos dogmáti-

cos”, especialmente no que diz respeito ao alcance da razão humana (VERDAN, 1998, p. 124).

Acreditamos que seja possível compreender a obra queirosiana de maneira mais precisa à luz do ceticismo filosófico, cujo substrato emergia em toda a parte onde havia atividade intelectual na segunda metade do Oitocentos, prenunciando a viragem que no fim de século inauguraria o paradigma científico contemporâneo, que faria de categorias como a incerteza, a probabilidade e a complementaridade os seus principais pressupostos epistemológicos. E Eça, figura cuja “completa visão da realidade parece estar regida pela contraposição de elementos antípodas, de valores antinômicos em todas as ordens – das ideias às sensações, do físico ao espiritual” (CAL, 1969, p. 213) –, nos dá ampla razão para considerarmos o ceticismo enquanto modo de pensar como um elemento estruturante em toda a sua produção.

Já se pode observar, na “aurora” da melhor fortuna crítica queirosiana, vislumbres desse elemento, quando, por exemplo, Ernesto Guerra Da Cal afirma que “o *contraste* é o eixo fundamental de seu estilo” (CAL, 1969, p. 70, grifo do autor), ou, recentemente, quando Helder Garmes defende que “a obra de Eça vale justamente naquilo que [lhe dão] pouco valor, isto é, no seu ceticismo imanentista, que nos coloca frente à nossa controvertida condição existencial” (GARMES, 2003, p. 4). A partir desses pressupostos, acreditamos que este artigo contribuirá com a consolidação de uma interpretação menos rígida e dogmática das obras de Eça de Queirós (processo já em curso nas últimas décadas), buscando reparar a desvalorização do ceticismo queirosiano, na esteira de Garmes (2003), bem como apresentar uma leitura do romance *Os Maias* que se some ao processo de construção, também em curso, de uma alternativa à “tese do regresso”, combatida por Orlando Grossegeesse no artigo “Não há regresso. Do sentido evolutivo do ‘primeiro Eça’” (2006/7). Assim, pretendemos demonstrar a hipótese de que o romance *Os Maias* antecipa carac-

terísticas do período a que Gustavo Bernardo Krause, em sua obra *A ficção cética*, chamou de “centúria da incerteza” (2004), e que corresponderia à certa ficção produzida a partir do século XX.

Devido à riqueza e complexidade do romance *Os Maias*, resultante de um longo processo de gestação e escrita, é possível observar nele, a partir das escolhas do autor implícito, a presença de uma inteligência organizadora estruturada de maneira análoga aos pressupostos do ceticismo filosófico enquanto modo de pensar, o que se manifesta de variadas maneiras e se dissemina em todas as camadas da narrativa, de forma estruturante e sempre colocando em evidência dualidades, impasses, dúvidas, incertezas e os paradoxos inerentes à natureza humana, bem como os seus desdobramentos sociais. Como alguns exemplos do que acabamos de afirmar, citamos: a dualidade do narrador do romance, com um enfoque mais naturalista na primeira parte, que se segue à apologia romântica da juventude de Dom Afonso, e, depois, na segunda, com a opção pela focalização interna, além dos momentos de autoironia; a autonomia de alguns personagens para expressar seus pontos de vista, fazendo de cenas com maior tensão interativa uma arena onde ideias divergentes são discutidas em pé de igualdade; as discussões morais ligadas ao casamento, ao adultério, à sexualidade e ao incesto, questões muito frequentes no romance e que são visíveis, sobretudo, pelas escolhas do autor implícito; os impasses que põem em confronto um Portugal antigo, católico e conservador, e outro laico, mesmo anticlerical, e mais aberto à modernidade e às inovações trazidas pela ciência; a perplexidade de certos personagens ante as dualidades e fraturas que percebem em si mesmos enquanto sujeitos, ou mesmo nos outros, sem disso fazerem juízo de valor; e as dúvidas acerca das capacidades do conhecimento humano, disseminadas em todas as camadas do romance, mas que, todavia, não chegam a pôr em causa a importância da ciência para a sociedade, embora se reconheça seus limites.

Dessa forma, dentre tantas dualidades, impasses, dúvidas, incertezas e paradoxos, transparece no romance a preocupação de retratar a condição humana como “entidade pulverizada, ambivalente e virtualmente plural” (REIS, 1999), adiantando, de maneira perspicaz, o modo como se concebe o sujeito na modernidade, e mesmo muitos dos pressupostos da ciência contemporânea, que começam a surgir quando entra em crise um modelo de ciência pautado numa ideia de verdade concebida em moldes quase metafísicos (a verdade positivista) – o que, aliás, foi prenunciado por um filósofo contemporâneo de Eça, Friedrich Nietzsche<sup>1</sup> (1844-1900).

Buscando explicitar não apenas a disseminação de proposições contrárias n’*Os Maias* – fato que nos permitiria apontar a *isostenia* nesse romance ao menos do ponto de vista temático –, mas, sobretudo, a manifestação dessa condição como elemento estruturante na narrativa, utilizamos “subcategorias” do ceticismo conforme o objeto de investigação (ALVES, 2018, p. 48-49). Dessa forma, chamaremos: 1. de *ceticismo genológico* o que expõe a abertura do próprio romance enquanto gênero para a plurissignificação; 2. de *ceticismo ideológico* aquele em que a *isostenia* se dá relativamente a ideias e princípios (filosóficos, sociais, políticos, estéticos etc.); 3. de *ceticismo axiológico* quando a *isostenia* está relacionada aos valores morais; 4. de *ceticismo teológico* aquele que estende os questionamentos da subcategoria anterior a questões de ordem estritamente religiosa, tendo como principal alvo o Cristianismo e as interpretações mais hegemônicas das Escrituras; 5. de *ceticismo ontológico* o que explora as contradições resultantes da concepção de ser uno, coerente e estável; 6. de *ceticismo epistemológico* o que propõe a equivalência das

---

<sup>1</sup> Ver, para esta relação entre a obra queirosiana e o niilismo nietzschiano, a Tese de Doutorado intitulada *Os paradoxos do niilismo em Antero de Quental, Eça de Queirós e Cesário Verde*, de Silvio Cesar dos Santos Alves (ALVES, 2013).

diversas formas de apreensão e interpretação do real, denunciando também os seus respectivos e inevitáveis limites. Importante notar que tais categorias têm como objetivos apenas a esquematização e a organização da análise, sendo que, na prática, elas se inter-relacionam nos níveis de significação.

Uma oposição muito significativa, presente em vários níveis da obra, é a que diz respeito a certo jogo de aproximação e de distanciamento com os pressupostos estéticos e ideológicos do Realismo-Naturalismo. Segundo David (2007), é n'Os *Maias* onde “Eça vai jogar todas as suas fichas para atingir aí o eclipse de seu próprio projeto literário” (p. 100), ou seja, é nessa obra que o autor leva a termo o processo de ultrapassagem do realismo-naturalismo, sem, contudo, romper com os seus pressupostos (ALVES, 2008, p. 42).

O questionamento do Naturalismo, tratado no texto de forma metaliterária em determinados momentos, dá-se, também, na estrutura da própria narrativa, em oposição aos aspectos do romance que continuam “parcialmente [tributários] ainda dessa estética” (REIS, 2002a, p. 41). Há, portanto, no narrador d'Os *Maias*, duas facetas majoritárias que se opõem uma à outra e que se inter-relacionam: uma de aspecto mais marcadamente naturalista, que prima pelo rigor científico e pela objetividade, e que aparece principalmente (mas não exclusivamente) nos dois primeiros capítulos; e outra de aspecto subjetivo, construída a partir da focalização interna, e que domina a narrativa a partir do quarto capítulo.

O narrador naturalista procura a “dissecação” de sua personagem, demonstrando em seu passado, em sua história, as *causas* para determinadas consequências, com enfoque em “factores *educacionais*, elementos concernentes à *hereditariedade*, relações com o *meio* e a sua influência, etc” (REIS, 2002a, p. 35, grifos nossos), que a tornam predisposta a determinados atos. Esses princípios são adotados para a caracterização de Pedro da Maia, nos primeiros dois capítulos



do romance. Primeiramente, quanto à hereditariedade, destaca-se como Pedro “[tinha] pouco da raça, da força dos Maias” (QUEIRÓS, 2006a, p. 16) e, pelo contrário, se assemelhava mais à mãe, tanto na aparência (sendo ele “pequenino e nervoso” como ela) quanto no temperamento melancólico e devoto. Mais do que isso, o narrador estabelece a semelhança, de implicações trágicas, com um outro Runa: “[Afonso] descobrira a grande parecença de Pedro com um avô de sua mulher, um Runa, de quem existia um retrato em Benfca: este homem extraordinário, com que na casa se metia medo às crianças, enlouquecera – e julgando-se Judas enforcara-se numa figueira...” (QUEIRÓS, 2006a, p. 17).

Pedro faz parte de uma geração envolvida naquilo que o narrador chama de “romantismo torpe” de meio de século. Esse meio e momento (dois aspectos cruciais das teorias deterministas de Taine) são refletidos em seu caráter através de seu sentimentalismo exacerbado (a sua “grande tendência amorosa” (QUEIRÓS, 2006a, p. 16), segundo o narrador), que se revela quando Pedro tem um filho bastardo aos dezenove anos, e depois se confirma com a sua paixão súbita e avassaladora por Maria Monforte, tudo se conjugando numa instabilidade emocional, que se alternava, constantemente, entre a felicidade exuberante e a melancolia.

A influência do romantismo se vê não apenas em seu comportamento, mas também nos daqueles que o rodeiam. Depois de casado, as *soirées* em sua casa “[tinham] um saborzinho de orgia *distinguée* como os poemas de Byron”, figura representativa desse romantismo levado às últimas conseqüências, o chamado ultrarromantismo. Alencar, um grande amigo de Pedro, atravessa todo o romance como um arauto do romantismo, quase uma personificação do movimento. A esposa de Pedro, Maria Monforte, lê romances românticos e é profundamente influenciada por eles, seja para colocar o nome do filho de Carlos Eduardo, por inspiração de uma novela que lia, seja para fugir

com a figura romanesca do italiano Tancredo, “príncipe entusiasta, conspirador, condenado à morte” (QUEIRÓS, 2006a, p. 31).

A educação, temática importante ao longo do romance, também exerce significativo papel na configuração desse caráter instável e emotivo de Pedro. Ele é educado pelo Padre Vasques, sob os moldes de uma educação portuguesa conservadora: estuda-se o latim e a cartilha, e em detrimento da participação intelectual ativa e da criatividade, é valorizada a memorização, além da “fuga ao contacto directo com a natureza e com as realidades práticas da vida” – do que resulta a sua “devoção histérica e a incapacidade para encarar e resolver as contrariedades com que se defronta” (REIS, 2002a, p. 41-42). Tendo sido estabelecidos a ascendência de Pedro, o meio/momento em que ele está inserido e a forma como foi educado, tem-se um sistema de causa e efeito em que tais elementos resultam num “casamento sentimentalmente instável e falhado”, e determinam “o suicídio, consequência última e definitiva de um temperamento e de uma formação virados preferencialmente para a cedência e para a fuga, e não para o voluntarioso encarar das crises” (REIS, 2002a, p. 37).

Depois da morte de Pedro, ao fim do segundo capítulo, o narrador opta por, em grande parte do romance, despir-se de sua onisciência absoluta e dar lugar à focalização interna, na qual se restringe ao ponto de vista de alguns personagens privilegiados. Enquanto seja possível afirmar que a caracterização de Pedro se encaixa nos padrões naturalistas, existe, na construção da personagem de Carlos, e na segunda parte do romance como um todo, um movimento constante de *aproximação e afastamento* perante tais padrões. Em vez de construir um quadro das suas características psicológicas, morais e sociais afim às premissas do determinismo, o narrador cria potencialidades positivas para que estas venham a se manifestar pela ação, tal como fora sugerido pelo próprio personagem, na discussão estética da célebre cena do jantar no Hotel Central. No entanto, toda essa positividade acaba não

se realizando no seu percurso, e talvez por isso o narrador, ao descrevê-lo, geralmente se restrinja aos seus aspectos físicos, destacando, em moldes quase românticos, a sua beleza:

Era decerto um formoso e magnífico moço, alto, bem-feito, de ombros largos, com uma testa de mármore sob os anéis dos cabelos pretos, e os olhos dos Maias, aqueles irresistíveis olhos do pai, de um negro líquido, ternos como os dele e mais graves. Trazia a barba toda, muito fina, castanho-escura, rente na face, aguçada no queixo — o que lhe dava, com o bonito bigode arqueado aos cantos da boca, uma fisionomia de belo cavaleiro da Renascença. (QUEIRÓS, 2006a, p. 72).

No trecho citado, o narrador não aponta em Carlos semelhanças de temperamento com seus antepassados, como fizera com Pedro, pelo menos nada que possa marcá-lo negativamente. Ao invés disso, destaca, em sua aparência, a semelhança com uma idealizada imagem da “raça dos Maias”, o que não impede que essa comparação também se estenda a Maria Monforte. No entanto, Carlos não consegue, como seus pais, escapar a um destino trágico, tal como é prenunciado no primeiro capítulo, quando Vilaça alude a uma “lenda segundo a qual eram sempre fatais aos Maias as paredes do Ramalhete”. Aqui, o caráter negativo da hereditariedade parece deixar de estar relacionado a uma continuidade genética, de ordem racional, para abrir-se à possibilidade de uma explicação pautada por elementos irracionais, de natureza sobrenatural.

Perante o seu meio, a Lisboa decadente do fim do século IX, Carlos é visto como um indivíduo “superior”, que graças à sua educação e à sua classe social se distancia de outras figuras ativamente criticadas ao longo do romance – e os exemplos são muitos. Porém, ele não deixa de ser afetado por essa crítica, por se ter envolvido em uma paixão arrebatadora, tal qual seu pai, mas principalmente por

seu diletantismo, incompatível com os sonhos de ação de homem civilizado que Dom Afonso, seu avô, nele projeta. Ainda que a educação recebida, à inglesa, tenha sido determinante para a formação do seu senso crítico e do seu bom gosto, não se pode dizer que, por isso, Carlos tenha se tornado imune às tribulações da vida, como, aliás, ninguém na obra queirosiana é. Dessa forma, ao mesmo tempo em que o autor implícito desconstrói os pressupostos deterministas, neutralizando as próprias teses vigentes na primeira parte do romance, não deixa de haver, nessa segunda parte, uma espécie de “determinismo”, mais amplo e não cientificista ou moralista, mas alargado à condição humana na modernidade de maneira geral.

É também muito pertinente notar que nenhuma das categorias deterministas (meio, educação e hereditariedade) tem influência na intriga principal do romance, a do incesto, um acontecimento inusitado e completamente estranho a uma “sociedade burguesa, bem policiada, bem escriturada, garantida por tantas leis, documentada por tantos papéis, com tanto registo de batismo, com tanta certidão de casamento” (QUEIRÓS, 2006b, p. 212). Mais do que inusitado naquele meio, o fato também não poderia ser evitado por nenhuma medida de cunho profilático e moral. Dessa forma, percebe-se, na trama principal, um irrefutável afastamento relativamente à estética naturalista.

Por outro lado, mesmo nessa segunda parte do romance, dominada pela focalização interna, principalmente pelo ponto de vista de Carlos da Maia, temos também a presença de personagens apresentados ainda conforme processos caracteristicamente naturalistas, como, por exemplo, o Eusebiozinho, no qual a educação conservadora e os valores ultrarromânticos em que está imerso (o que pode ser vislumbrado pelo poema que recita para Vilaça, “uma das mais populares e soturnas composições do Ultrarromantismo português”) parecem ser a causa de uma “vida de corrupção e decadência física” (REIS, 2002a, p. 43).

Assim, por meio dessas duas diferentes técnicas (a onisciência, aliada aos procedimentos naturalistas, e a focalização interna, que a estes se opõe), bem como por certo entrecruzamento de ambas, sobretudo na segunda parte, o narrador, ao mesmo tempo em que desconstrói o modo naturalista de fazer literatura, não deixa de lançar mão dos seus procedimentos, quando assim lhe parece oportuno, do que resulta uma colisão de estéticas de certa forma opostas (uma pautada pela objetividade, a outra pela subjetividade) e capaz de inscrever a *isostenia* no âmbito da própria narração, preservando-se, dessa forma, o enigma, o mistério – tanto aquele em que o ser humano está existencialmente imerso quanto o que permeia o seu modo de apreender o real. E dessa forma se reproduzem, na estrutura do romance, as mais profundas contradições e incertezas presentes no fim do século XIX.

Segundo Reis (1999), *Os Maias* estão situados em um tempo histórico de pluralidade, que favorece a coexistência de ideias e valores, em oposição a uma única ideologia dominante, e esse cenário se faz presente nessa obra, que já foi analisada por Isabel Pires de Lima a partir dos conceitos de romance plurivocal e polifônico propostos por Mikhail Bakhtin (LIMA, 1987, p. 246-264). Ainda que, em nosso entender, a polifonia, numa acepção estritamente bakhtiniana, seja uma categoria insuficiente para dar conta da complexidade estética de um romance como *Os Maias*, ela serve, ao menos, para nos ajudar a lê-lo como “um texto em muitos aspectos distanciado do monologismo que, no plano ideológico, caracterizava as narrativas do Naturalismo” (REIS, 1999, p. 130).

Percebe-se mais claramente esses aspectos dialógicos e plurais, ou plurivocais, em cenários de maior tensão interativa, como no episódio do jantar do Hotel Central, por exemplo, no qual se discute estética literária, política, economia e muito mais... Nesses momentos, o narrador abre espaço para que as personagens coloquem em con-

fronto ideias e valores divergentes. Embora em casos como esse esteja ainda presente a sua costumeira ironia, percebe-se que a ação do narrador está muito mais comprometida em plasmar esteticamente a *isostenia* do que em servir de suporte monológico para qualquer ideologia dogmática. Durante a discussão acerca do naturalismo, por exemplo, João da Ega se arvora como o arauto desse movimento, enquanto Alencar se posiciona como o seu mais ferrenho algoz. Carlos e Craft veem alguma razão na crítica de Alencar, mas assumem uma postura mais ponderada ou menos beligerante: “Craft não admitia também o naturalismo, a realidade feia das coisas e da sociedade estatelada nua num livro. A arte era uma idealização! (...) Carlos declarou que o mais intolerável no realismo eram seus grandes ares científicos, a sua pretensiosidade estética deduzida de uma filosofia alheia”. No extremo de um dos lados em disputa, Ega responde, de forma radical:

(...) justamente o fraco do realismo estava em ser ainda pouco científico, inventar enredos, criar dramas, abandonar-se à fantasia literária! A forma pura da arte naturalista devia ser a monografia, o estudo seco dum tipo, dum vício, duma paixão, tal qual como se tratasse dum caso patológico, sem pitoresco e sem estilo!... (QUEIRÓS, 2006a, p. 121).

Mesmo nessas falas de Alencar, em discurso indireto livre, nas quais o narrador aponta, com ironia mordaz, a hipocrisia que circunscreve o movimento romântico, não deixa de haver, também, certa ironia voltada contra o próprio naturalismo, como nestas exageradas descrições: “esses livros poderosos e vivazes, tirados a milhares de edições”; “esses estilos novos, tão preciosos e tão dúcteis, apanhando em flagrante a linha, a cor, a palpitação mesma da vida”; ou na forma como aponta, de modo muito sutil, a incongruência entre o próprio projeto ideológico do naturalismo e a relação das obras dessa escola

resultantes com o campo literário: “quanto mais (Alencar) denunciava um livro como imoral, mais o livro se vendia como agradável!” (QUEIRÓS, 2006a, p. 121). Logo, os mesmos romances que tinham como “função” moralizar, agindo como a “bengalada do homem de bem”, eram recebidos pelo público de forma contraditória relativamente a tais ideais, de modo que tudo aquilo que nessas obras era apontado como sordidez, como erro a ser evitado ou corrigido pela sociedade, acabava servindo a essa mesma sociedade como fonte de picante entretenimento.

Dessa forma, existem, no romance, diversos momentos em que diferentes mundividências se confrontam, sem que de tal embate resulte um lado “vencedor”. Percebemos, portanto, tendo em vista as estratégias passíveis de serem atribuídas ao autor implícito, uma engenhosa tentativa de configuração da *isostenia* no plano estético e ideológico.

O questionamento epistemológico n’*Os Maias* se amarra por completo às discussões ideológicas e genológicas explicitadas anteriormente, como questionamento à crença positivista de que tudo podia ser conhecido e controlado por meio do intelecto humano, da razão e dos métodos da ciência, o que é corroborado pela mudança de perspectiva narrativa que cinde o romance em duas partes esteticamente divergentes. A posição ponderada de Eça em relação aos avanços científicos é clara em seu ensaio “Positivismo e Idealismo” (1893), quando, apesar de condenar os excessos do cientificismo do seu tempo, sobretudo em sua dura relação com as dimensões mais subjetivas da existência, como a metafísica, a imaginação e a fé, ele chama a atenção para o fato de que, “com a experiência de todos os confortos, e ordem, e fecundas e úteis verdades, que em torno (do homem) estabeleceu a razão”, já não seria possível “nem destruir, nem sequer desertar o trabalho acumulado da civilização” (QUEIRÓS, 2002, p. 356). E essa visão, ao mesmo tempo crítica e ponde-

rada, já se anuncia no romance em questão: os personagens pelos quais o “narrador manifesta uma atitude de simpatia”, Carlos, Ega, Afonso e Craft (REIS, 2002) são todos cultos, conhecedores de arte e da literatura, além de se apresentarem como entusiastas da ciência e da razão, e, portanto, alinhados ao modo positivista de pensar. No entanto, dois aspectos dentro da obra demonstram as limitações que o conhecimento humano encontrava em sua ânsia de controle sobre o real: a construção das personagens de Carlos e Maria Eduarda, e a própria configuração da intriga principal.

Como visto anteriormente, a construção da personagem de Carlos escapa aos modelos naturalistas, sendo configurada por meio de ações que nem sempre correspondem às expectativas que recaem sobre esse personagem, em função de todo o cuidado de seu avô para que ele tivesse uma educação capaz de lhe fazer agir de maneira mais racional que o pai – expectativas, portanto, criadas pelo próprio autor implícito, quando faz com que o narrador nos revele as causas da desgraça de Pedro, como numa espécie de inquérito. Segundo Reis, o desenvolvimento de Carlos ao longo da ação sugere a abdição, na obra queirosiana, da ideia “de que a pessoa humana pode ser dissecada e definitivamente conhecida nos seus meandros mais íntimos e nas suas motivações existenciais mais profundas” (REIS, 2002a, p. 153).

Da mesma maneira, a configuração da personagem Maria Eduarda se distancia dessa noção, pois conhecemo-la apenas por meio da sua interação com Carlos, e a partir da focalização interna desse personagem. Quando seu passado nos é revelado, ainda que reconheçamos fatores deterministas, sobretudo a influência do meio e a hereditariedade, há mesmo aí elementos geradores de contradição, como a sua educação conventual, com sólida formação cultural, o que sempre transparece em suas opiniões sobre a sociedade, já que é “à própria personagem que compete [a] responsabilidade” (REIS,



2002a, p. 38) de narrar a sua história, violando os preceitos naturalistas da objetividade do narrador. Portanto, também Maria Eduarda não é “dissecada”, e permanece uma figura misteriosa no romance, e, por isso, sujeita a contradições e ambiguidades.

A intriga principal também escapa aos moldes naturalistas, apontando igualmente para a falibilidade da razão humana e de seus produtos sociais. Isso pode ser percebido na fala de Ega, ao descobrir a condição incestuosa do relacionamento de Carlos e Maria Eduarda:

Não podia ser! Esses horrores só se produziam na confusão social, no tumulto da Meia-Idade! Mas *numa sociedade burguesa, bem policiada, bem escriturada, garantida por tantas leis, documentada por tantos papéis, com tanto registro de baptismo, com tanta certidão de casamento*, não podia ser! Não! não estava no feitio da vida contemporânea que duas crianças, separadas por uma loucura da mãe, depois de dormirem um instante no mesmo berço, cresçam em terras distantes, se eduquem, descrevam as parábolas remotas dos seus destinos — para quê? Para virem a tornar a dormir juntas no mesmo ponto, num leito de concubinação! Não era possível (QUEIRÓS, 2006b, p. 212, grifos nossos).

Nesse momento, o personagem é forçado a encarar a incapacidade da sociedade do seu tempo para salvaguardar o homem da irrupção do irracional. Mesmo com toda a ciência disponível, a humanidade não estava segura, pois ficava cada vez mais óbvia a sua incapacidade para prever e controlar tudo. Ou seja, nem mesmo os costumes deveriam ser vistos como absolutos, já que a qualquer momento poderiam ser solapados.

Para além das ponderações sobre os limites da razão para evitar um acontecimento tabu como o incesto, *Os Maias* também se debruçam sobre outras questões morais como as ligadas ao casamento, ao adultério e à sexualidade. Essas discussões axiológicas nos são

caras pelo seu alinhamento com os questionamentos do ceticismo relativamente às “contradições nos costumes, nas leis e nas crenças” (PATRICK, 2011, p. 65). Um dos pilares da sociedade burguesa, o casamento é perscrutado minuciosamente na obra em análise, sendo sempre relacionado ao adultério e às suas contradições.

N'Os *Maias*, o casamento é geralmente representado como instituição antiquada, na qual reinam os interesses de capital social. Um exemplo disso é o casamento dos Gouvarinhos, uma típica união de século XIX, em que uma das partes, a burguesia emergente, contribui financeiramente, enquanto a outra, a nobreza falida, proporciona o status social vetado àquela. Dessa forma, o adultério, desde que discreto, ou seja, elegante, também entra nessa equação do cachê social: o Conde Gouvarinho parece se agradar do relacionamento de sua esposa com Carlos da Maia, sobretudo pelo prestígio que em consequência disso ele gozava, mas talvez não só por isso.

Por outro lado, a aceitabilidade e a elegância do adultério na sociedade oitocentista dependiam muito do contexto (tanto objetivo quanto subjetivo), conforme o qual poderia ser capaz de despertar questionamentos morais num protagonista educado para fazer o bem por amor ao bem, e não por medo do inferno. É o que ocorre quando Carlos, ainda em Coimbra, se depara com o marido e com o filho de sua amante daqueles tempos:

Pela primeira vez via tão de perto o marido de Hermengarda. Achou-o enxovalhado e macilento. Mas o pequerrucho era adorável [...]. O pai amparava-o; e o encanto, o cuidado com que o rapaz ia assim guiando os passos do seu filho, impressionou Carlos. Era no momento em que ele lia Michelet — e enchia-lhe a alma a veneração literária da santidade doméstica. *Sentiu-se canalha* em andar ali de cima do seu dogcart, a preparar friamente a vergonha, e as lágrimas daquele pobre pai tão inofensivo no seu paletó coçado! (QUEIRÓS, 2006a, p. 70, grifos nossos).

Da mesma forma, o casamento, que Carlos considera uma “ficção civil” (QUEIRÓS, 2006b, p. 86), ainda assim é visto por ele como uma consagração legal, pelo menos durante algum tempo e de maneira um tanto incerta, tendo em vista a necessidade de assegurar a continuidade do seu relacionamento com Maria Eduarda. E as incertezas de Carlos acabam abalando tal relacionamento muito antes da revelação do incesto, sendo provenientes de dualidades que se friccionam constantemente na sua consciência: o dever (tradição) e o desejo (criação/destruição); o sagrado e o profano; o ideal e o carnal – bem como dos impasses dessas dualidades resultantes.

Esse jogo de contrastes está presente já na primeira vez em que Carlos encontra Maria Eduarda, e nela vê uma mulher com “passo soberano de deusa, maravilhosamente bem-feita” (QUEIRÓS, 2006a, p. 116), no que percebemos a elevação dessa personagem a uma figura quase etérea, enquanto também permanece, ao mesmo tempo, o seu aspecto carnal, ressaltando-se a presença física de seu corpo – imagem já consagrada por outro Carlos, o Baudelaire, com sua “Passante”.

Um momento que ilustra de maneira clara esta ambivalência entre o ideal e o carnal, o sagrado e o profano, é quando, em uma das noites em que se dirige clandestinamente à Toca para encontrar Maria Eduarda, Carlos descobre o relacionamento igualmente clandestino da governanta da casa com um jornaleiro. Inicialmente, “seu ímpeto logo foi esmagar a cacete aqueles *dois animais, enroscados na relva, sujando brutalmente o poético retiro dos seus amores*” (QUEIRÓS, 2006b, p. 93, grifo nosso). Nas partes destacadas, é possível perceber como o personagem confere ao seu relacionamento um caráter idealizado, ao mesmo tempo em que acusa a animalidade da governanta e do jornaleiro, justamente por também darem vazão aos seus desejos. Porém, apesar desse primeiro ímpeto, ainda persiste a dúvida:

A seu pesar, pensava que também Maria o esperava, com o leito aberto, no silêncio da casa adormecida; e que também ele penetrava ali, às escondidas, como o homem da manta... *Decerto era bem diferente!* Toda a imensurável diferença que vai do *divino ao bestial*... E todavia receava despertar os melindrosos escrúpulos de Maria mostrando-lhe, paralelo ao seu *amor cheio de requintes* e passado entre brocados cor de ouro, aquele outro *rude amor, secreto e ilegítimo como o dela*, e arrastado brutaemente na relva... Era como mostrar-lhe um reflexo da sua própria culpa, um pouco esfumada, mais grosseira, mas parecida nos seus contornos, lamentavelmente parecida... Não, não diria nada. (QUEIRÓS, 2006b, p. 94, grifos nossos).

Carlos reconhece as semelhanças entre os dois relacionamentos, ambos clandestinos e ilegítimos. Porém, em sua percepção, pelo menos por enquanto, um deles se salva como amor divino (ideal), enquanto o outro é visto como bestial (carnal). Mas, quando surge o primeiro obstáculo ao prosseguimento do relacionamento dos dois (a revelação, por parte de Castro Gomes, de que Maria Eduarda era apenas uma companhia paga), as pretensões idealistas de Carlos se desfazem: o arquétipo da “Mulher Ave”, divina, mãe e esposa perfeita, que ele construía em torno dela, dá lugar ao da “Mulher Eva”, seu oposto profano e caminho para a perdição. O período de calma que se dá após a resolução da adversidade é ilusório, pois logo as “falhas morais” de Maria Eduarda são expostas em um jornal de pilhérias, e todas as frustrações iniciais de Carlos ressurgem... Ou melhor, é como se elas nunca tivessem deixado de existir:

No meio desta alta cólera de moralista, uma dor perpassava, precisa e dilacerante. (...) Havia no artigo da Corneta uma calúnia? Não. Era o passado de Maria, que ela arrancara de si como um vestido roto e sujo, que ele mesmo enterrara muito fundo, deitando-lhe por cima o seu amor e o seu nome – e que alguém desenterrava para o mostrar bem alto ao sol, com as suas manchas e os seus

rasgões... (...) *Debalde ele perdoara, debalde ele esquecera*. O mundo em redor sabia. E a todo o tempo o interesse ou a perversidade poderiam refazer o artigo da Corneta. (...) Carlos perguntou, pela primeira vez a si mesmo, se *a honra doméstica, a honra social, a pureza dos homens de quem descendia, a dignidade dos homens que dele descendessem, lhe permitiam em verdade casar com ela...* (QUEIRÓS, 2006b, p. 146, grifos nossos).

Nesse trecho, é interessante notar os valores aos quais Carlos apela, como a “honra doméstica, a honra social, a pureza dos homens de quem descendia, a dignidade dos homens que dele descendessem”. Isso significa que, ao contrário das ideias românticas inicialmente direcionadas a Maria, Carlos agora fomenta o seu ideal com ideias ligadas ao seu compromisso com o dever enquanto forma de se vincular a uma certa tradição. Lembre-se, no entanto, de que, no início do relacionamento, esse aspecto da consciência de Carlos já havia se apresentado, quando, depois de sugerir a Maria que fugissem, ele pondera sobre a inevitável desaprovação do avô:

Homem de outras eras, austero e puro (...) – o avô, nesta franca, viril rasgada solução de um *amor indominável*, só veria *libertinagem!* Para ele nada significava o *esponsal natural* das almas, acima e fora das *ficções civis*; e nunca compreenderia essa *sutil ideologia sentimental*, com que *eles, como todos os transviados*, procuravam azular o seu erro. (...) Todas as *sutilezas da paixão*, por mais *finas*, por mais *fortes*, quebrar-se-iam, como bolas de sabão, contra as três ou quatro *ideias fundamentais de Dever, de Justiça, de Sociedade, de Família*, duras como blocos de mármore, sobre que assentara a sua vida quase durante um século... (QUEIRÓS, 2006b, p. 86, grifos nossos).

É possível perceber, no trecho supracitado, uma forte oposição lexical (que destacamos em itálico) representando esse conflito moral e ideológico. Carlos, nesse momento, reflete como homem racional,

positivista, imune às amarras sociais impostas pela tradição, mas, tal como fora explicitado anteriormente, ele não conseguirá se desfazer desses valores conservadores.

Da mesma forma se dá a questão do incesto, tratada no desenlace da trama, com a oposição entre os valores morais, em crise, e os valores da racionalidade positivista, dos quais Ega e Carlos se julgavam representantes naquela sociedade. Ega é um caso particularmente interessante: alinhado ao naturalismo e ao satanismo, não “deveria” se deixar abalar pela descoberta do parentesco entre Carlos e Maria, uma vez que eles poderiam ser considerados inocentes, pela ignorância, e tal inocência vir a viabilizar mesmo a continuidade do relacionamento... Por isso, considera não dizer nada, “e quem se amava continuava a amar-se!...” (QUEIRÓS, 2006b, p. 214). No entanto:

[...] a esta ideia de incesto, todas as consequências desse silêncio lhe apareceram, como coisas vivas e pavorosas, flamejando no escuro, diante dos seus olhos. Poderia ele, tranquilamente, testemunhar a vida dos dois — desde que a sabia incestuosa? Ir à rua de São Francisco, sentar-se-lhes alegremente à mesa, entrever, através do reposteiro, a cama em que ambos dormiam — e saber que esta *sordidez de pecado* era obra do seu silêncio? Não podia ser... (QUEIRÓS, 2006b, p. 214, grifo nosso).

O uso de termos como “sordidez de pecado” não é algo que se espera vir de Ega, um personagem que sempre se opõe firmemente à Igreja. É pertinente lembrar que os valores morais ocidentais (especialmente no Portugal do século XIX) são sustentados pelos pressupostos religiosos da Igreja Católica, e se desdobram em compromissos como a castidade, o casamento e a família. Dessa forma, o questionamento de tais valores também coloca em xeque os pressupostos religiosos e tudo o mais que deles resulta, com reflexos importantes na sociedade de uma maneira em geral. Portanto, podemos afirmar

que tal questionamento, de ordem axiológica, é indissociável de outro, mais complexo, de natureza teológica. E os avanços e recuos de Eça, em sua reflexão, em seus julgamentos, devem-se justamente a tal complexidade.

Por outro lado, o próprio atraso para a conclusão da obra, que levou cerca de dez anos para ser finalizada e publicada, pode ser interpretado como um sinal do ceticismo de Eça, pois, segundo cremos, tal ceticismo estava na base das incertezas que retardaram essa conclusão. De acordo com Carlos Reis, “por detrás da demora estava (...) uma quase inelutável tendência para a ocultação, mesmo para o silêncio, ambas evidenciando uma espécie de retracção de uma adiada capacidade de afirmação autoral” (REIS, 2002b, p. 24). A tendência ao silêncio de Eça resultou tanto no abandono de obras não concluídas quanto na não publicação de obras concluídas, mas não finalizadas do ponto de vista editorial. Durante os doze anos entre a publicação d’*Os Maias* até a sua morte, Eça não publicou nenhum outro romance, ainda que tenha continuado a escrever muito e a publicar em outros gêneros, como o conto e a crônica. A continuidade do exercício da escrita e a referida tendência ao silêncio são relevantes para pensarmos no ceticismo, já que aquela demonstra a permanência do questionamento, do ponto de vista discursivo, enquanto esta também pode ser interpretada como uma busca pela suspensão do juízo, mesmo que se mantenha a produção de discursos, e ainda que, em alguns casos, estes sejam inconclusivos.

Sendo assim, é importante notar que o presente artigo não tem a pretensão de afirmar a completa abstenção, por parte de Eça, de se engajar acerca de qualquer assunto n’*Os Maias*, mas sim de reafirmar, nesse romance, a existência de uma postura constantemente questionadora e capaz de pôr em cena os paradoxos da condição humana em sua tentativa de apreender um fugidio real, ao produzir discursos em que nenhuma verdade se apresenta como absoluta, e

nos quais, para cada verdade apresentada, há outra igualmente legítima que lhe é oposta – discursos que buscam explícita e conscientemente a *isostenia*, que reconhecem e valorizam a *equipolência*, e nos quais o juízo do autor implícito, que não pode ser confundido nem com as vozes dos personagens, nem com a do narrador, permanece sempre em suspenso. E tudo isso, aliás, nos remete a um folhetim do jovem Eça publicado em 1866, na *Gazeta de Portugal*, intitulado “Farsas”, que é concluído com as seguintes palavras: “Tristes histórias! Sofrer, chorar, ter fome e frio, e morrer à míngua, e ter noites de agonia - o que é que isto prova? Nada, nada, meus senhores. *Words! Words! Words!*, dizia o nostálgico Hamlet” (QUEIRÓS, [s./d.], p. 141).

**RECEBIDO:** 01/03/2022    **APROVADO:** 02/05/2022

#### REFERÊNCIAS

ALVES, Silvio Cesar dos Santos. Eça insustentável leveza das flores. *Revista Queirosiana: estudos sobre Eça de Queirós e sua Geração*, Famalicão, n. 25, p. 31-50, julho de 2018.

\_\_\_\_\_. *Os paradoxos do niilismo em Antero de Quental, Eça de Queirós e Cesário Verde*. 273f. Tese (Doutorado em Literatura Comparada) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

\_\_\_\_\_. *Repensando o “São Cristóvão” no conjunto da obra queirosiana*. Rio de Janeiro: UERJ, 2008. 101p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Letras, Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

CAL, Ernesto Guerra da. *Língua e estilo em Eça de Queiroz*. Rio de Janeiro / São Paulo: Edições Tempo Brasileiro / Edusp, 1969.

DAVID, Sérgio Nazar. *O século de Silvestre da Silva: Estudos queirosianos*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

EMPÍRICO, Sexto. *Hipotiposes pirrônicas – Livro I*. O que nos faz pensar. Rio de Janeiro, n. 12, p. 115-122, 1997.

GARMES, Helder. Leituras marxistas da obra de Eça de Queirós. In: *14º Congresso de Leitura do Brasil / II Congresso da História do livro e da leitura no Brasil*, 2003, Campinas, Anais... Campinas: UNICAMP, [20--]. 1 CD.



GROSSEGESSE, Orlando. “Não há regresso. Do sentido evolutivo do ‘primeiro Eça’”. In: *Revista Luso-Brasileira de Estudos Oitocentistas*, n. 1, 2006/07.

KRAUSE, Gustavo Bernardo. *A ficção cética*. São Paulo: Annablume, 2004.

LIMA, Isabel Pires de. *As máscaras do desengano – Para uma abordagem sociológica de “Os Maias” de Eça de Queirós*. Lisboa: Editorial Caminho, 1987.

PATRICK, Mary Mills. *Sexto Empírico e o ceticismo grego*. Florianópolis: [s.n.], 2011.

QUEIRÓS, Eça de. *Os Maias*. Vol. 1. São Paulo: Editora Escala, 2006a.

\_\_\_\_\_. *Os Maias*. Vol. 2. São Paulo: Editora Escala, 2006b.

\_\_\_\_\_. *Prosas Bárbaras*. Lisboa: Livros do Brasil, [s./d.].

\_\_\_\_\_. *Textos de Imprensa IV (da Gazeta de Notícias)*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2002. Edição de Elza Miné e Neuma Cavalcante.

REIS, Carlos. *Estudos Queirosianos*. Lisboa: Presença, 1999.

\_\_\_\_\_. *Introdução à leitura d’Os Maias*. Coimbra: Almedina, 2002a.

\_\_\_\_\_. Os silêncios de Eça. In: ZILBERMAN et al. *Eças e outros: diálogo com a ficção de Eça de Queirós*. Porto Alegre: EdiPUCRS, 2002b, p. 21-35.

VERDAN, André. *O ceticismo filosófico*. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998.

### MINICURRÍCULO

SILVIO CESAR DOS SANTOS ALVES é Doutor em Letras - Literatura Comparada (2013) e Mestre em Letras - Literatura Portuguesa (2008) pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). É Professor Adjunto de Literatura Portuguesa, no Departamento de Letras Vernáculas e Clássicas (desde 2015), e Professor Permanente, no Programa de Pós-Graduação em Letras – PPGL (desde 2018), na Universidade Estadual de Londrina (UEL).

MARCELA MARQUES CARREIRO é Graduada em Letras-Português pela Universidade Estadual de Londrina (2020), tendo integrado o Projeto de Pesquisa *O Ceticismo na Ficção Queirosiana* (2017/2020), coordenado pelo Prof. Dr. Silvio Cesar dos Santos Alves, de quem foi orientanda de Iniciação Científica com bolsa (Fundação Araucária), com o Subprojeto de Pesquisa de I.C. “O ceticismo queirosiano n’Os Maias (1888), de Eça de Queirós” (2020).